



**COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÓMICOS, INOVAÇÃO E ENERGIA**

Grupo de Trabalho – Desenvolvimento Regional

---

**ACÇÃO DESCONCENTRADA  
MODELO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
ALGARVE**

**23 e 24 de Maio de 2010.**

---

**RELATÓRIO**



## COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÓMICOS, INOVAÇÃO E ENERGIA

Grupo de Trabalho – Desenvolvimento Regional

---

### ÍNDICE

1. Objectivo.....	3
2. Programa .....	3
3. Consenso regional: é preciso renovar o modelo económico .....	4
4. Universidade do Algarve: caminho da internacionalização .....	8
5. IPIMAR: um valor seguro .....	10
6. PO ALGARVE 21: prioridade à economia.....	11
7. A nova vaga industrial .....	13
8. PROVERE: eixos estruturantes para o interior .....	15
9. Delegação Parlamentar .....	16
10. Observações finais.....	17



## COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÓMICOS, INOVAÇÃO E ENERGIA

Grupo de Trabalho – Desenvolvimento Regional

---

### 1. Objectivo

Promover uma audição aos agentes regionais sobre o modelo de desenvolvimento da respectiva região, no quadro da estratégia nacional, tomar conhecimento do trabalho dos principais centros de racionalidade e de decisão, visitar projectos de relevância económica e compreender o impacto dos fundos estruturais e do investimento público, conhecer os agentes dinamizadores do desenvolvimento económico e da coesão social.



### 2. Programa

Domingo, 23 de Maio: recepção no Governo Civil com entidades regionais, a que se seguiu um jantar de trabalho, com autarcas, empresários, entidades da economia social, sindicatos e Associações diversas;

Segunda, 24 de Maio: visita de trabalho à Universidade do Algarve, aos principais laboratórios e projectos em curso; visita ao IPIMAR; almoço trabalho com CCDR, Associações de Municípios e Entidades de Turismo; visita a projectos empresariais de relevância regional.

### 3. Consenso regional: é preciso renovar o modelo económico

A região do Algarve passa, actualmente, por um momento complexo, marcado pela redução de 150 milhões de euros por ano de fundos comunitários, entre 2007 e 2013, o aumento do desemprego para índices superiores à média nacional, a crise do turismo com uma quebra na procura nos dois últimos anos e a incapacidade de gerar novas actividades. É uma região que sente a necessidade de mudança de modelo económico.

Na última década, registaram-se **melhorias significativas** ao nível das **infra-estruturas** e das **condições para a qualidade de vida**, a um ritmo superior ao verificado no conjunto do país, sendo positiva a evolução dos indicadores de contexto relativos à Educação, Saúde, Acessibilidades, Saneamento Básico e Ambiente. Segundo o **Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (CCDR), João Faria**, foi decisiva a filosofia adoptada no PROALGARVE de concentrar os apoios no fecho de redes de equipamentos e de distribuição.

A região do Algarve apresentou um **saldo migratório positivo**, entre 1998 e 2008, embora com um aumento ligeiro das assimetrias entre litoral e interior. A **taxa de variação real do PIB também foi positiva** na maioria dos anos e superior à média nacional, mas seguiu o padrão de paragem da convergência relativamente aos parceiros europeus que se registou no conjunto do país.

A estrutura económica mostra uma **terciarização muito acentuada**, com um forte declínio do sector primário (*a agricultura passou do 4º lugar em termos de VAB regional em 1995 - 9,1% - para 14º em 2008 - 2,7%*), tendo as actividades predominantes na região mantido a sua importância, representando o conjunto das actividades “Alojamento e Restauração”, “Actividades Imobiliárias, alugueres e serviços às empresas” e “Comércio por grosso e a retalho e reparação de veículos automóveis” representando 46,9% do VAB regional.

Nesse período, o **crescimento registado do emprego** foi sempre superior à média nacional, sendo a taxa de aumento da população activa (+ 20,9%) superior ao dobro da registada no país (+9,9%). Como nota positiva, registre-se a **melhoria significativa da escolaridade dos activos**: só com o 1º ciclo, passaram de 38% para 24,6%; com um

grau de ensino superior, de 7,2% para 12,4%. Como nota negativa, registe-se o **aumento da precariedade do emprego**, com um incremento de 120% no número de contratos a prazo e a diminuição do peso relativo dos trabalhadores com contrato sem termo (de 79% para 69%).

Nos dois últimos anos a região registou um aumento do desemprego. A partir de Setembro de 2008, inicia-se um ciclo de desemprego homólogo crescente, que se agravou a partir de Janeiro de 2009, com um aumento de cerca de 90% em dois anos.

Em relação à **actividade turística**, registou-se um aumento significativo de unidades da gama superior. No entanto e globalmente considerada, o crescimento da oferta foi superior à procura. O número de dormidas aumentou 4,7% entre 1998 e 2008, ano em que se atingiu 14,3 milhões de dormidas, mas a evolução foi irregular, com subidas em 1999 e 2005 e descidas em 2001, 2003, 2004 e 2008.

Entre 2007 e 2009, o Algarve perdeu 1,8 milhões de dormidas. Este decréscimo deve-se à forte dependência do mercado estrangeiro – que em 2009 representava 72% das dormidas – atingido pela crise económica internacional e pela desvalorização da libra.

O **Presidente da CCDR, João Faria**, sublinhou o facto de se ter verificado uma diversificação reduzida da estrutura económica e que a região cresceu e melhorou as condições e bem-estar, mas pouco na rentabilidade: redução da taxa de ocupação (apesar dos investimentos no turismo) e nas receitas. Na ausência de finanças regionais, é preciso implicar as finanças municipais. Ora, para promover o desenvolvimento económico importa trabalhar numa escala supra-municipal, ou seja, regional (mais democrática, eleita, com representantes das populações). Nessa perspectiva, avançou a proposta de uma percentagem do IMT ser canalizada para um fundo regional.

Para o **Presidente da AMAL – Comunidade Intermunicipal do Algarve, Macário Correia**, o desenvolvimento regional implica haver políticas transversais e de administração do território, considerando que o Governo não tem uma estrutura política de coordenação do desenvolvimento regional. No caso do Algarve, a saída do objectivo “convergência” traduz-se na perda de muitos financiamentos, diminuindo a competitividade face a Espanha. Salientou, ainda, que as Associações de Municípios têm poucas competências, não havendo estabilidade na relação com a administração central e o Governo.



## COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÓMICOS, INOVAÇÃO E ENERGIA

Grupo de Trabalho – Desenvolvimento Regional

---

Já o **Presidente do Núcleo Empresarial da Região do Algarve (NERA), Vítor Neto**, referiu que a situação económica é muito difícil, em Portugal e na região. Não é só conjuntural, é estrutural. O sector do turismo cresceu, mas menos do que poderia. O crescimento turístico confiou que o crescimento imobiliário seria suficiente. É preciso repensar turismo e a economia regional. Sublinhou a dificuldade de relacionamento da região com as instituições centrais e considera que tem havido um sucessivo esvaziamento das funções das CCDR.

O **Vice-Presidente da Associação Indústria Hoteleira e Similares do Algarve (AIHSA), Vítor Faria**, falou da necessidade de diversificar o turismo, nomeadamente no segmento de negócios. Perdeu-se no segmento do golfe e a região está alocada à actividade imobiliária e não à hotelaria. Recordou o diagnóstico feito no PROT: não existe capacidade de absorção, mas continua-se a investir no modelo do imobiliário, com perda de competitividade ano após ano. Alertou para o facto de o sector ter dificuldades em absorver activos qualificados.

O **Presidente da Associação do Comércio da Região do Algarve (ACRAL), João Rosado**, direccionou a sua intervenção para a necessidade de aprofundar e alargar os mecanismos das linhas PME Investe, a formação profissional e a requalificação urbana.

O **Secretário Coordenador da União dos Sindicatos do Algarve, António Goulart**, reforçou a ideia do fim de um ciclo, com o esgotamento do modelo de desenvolvimento regional, assente numa actividade absolutamente preponderante, defendendo que o turismo tem de alavancar outros sectores da economia. Retomou o tema da regionalização, a par do enquadramento das finanças regionais.

**Nuno Aires, Presidente da Entidade Regional de Turismo do Algarve (ERTA)** fez uma análise sobre a actualidade do sector, dizendo que o Algarve tem hoje mais e melhor oferta, mas importa requalificar os recursos humanos, havendo um esforço nesse sentido das Escolas de Turismo e da Universidade do Algarve. Perspectivou o futuro do turismo, dizendo que é preciso ir além dos mercados tradicionais e potenciar mercados de proximidade (Portugal, Espanha, BENELUX), num contexto em que os actuais mercados não respondem.

O **Director Regional de Agricultura do Algarve, Castelão Rodrigues**, afirmou que há uma aceleração do Programa de Desenvolvimento Rural (PRODER), destacando o facto de se terem instalado no Algarve 165 novos jovens agricultores. De qualquer modo, sente que é necessária uma maior articulação entre fundos comunitários.



## COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÓMICOS, INOVAÇÃO E ENERGIA

Grupo de Trabalho – Desenvolvimento Regional

---

**O Director Regional de Educação do Algarve, Luís Correia**, referiu que há um forte investimento nos equipamentos educativos, da ordem dos 120 milhões de euros nos próximos 18 meses, sublinhando que pelo facto de ter saído do objectivo convergência o Algarve não pode correr o risco de passar de uma posição de supremacia no parque escolar para uma situação de debilidade.

**A Presidente da Administração da Região Hidrográfica do Algarve, Valentina Calixto**, fez um ponto de situação muito positivo relativamente aos indicadores ambientais, salientou o programa de requalificação do litoral, nomeadamente na Ria Formosa e na Costa Vicentina, através do POLIS e o investimento a ser feito nas zonas costeiras, particularmente nas praias e no POVT, no valor de 16 milhões de euros em 2010.

**O Delegado Distrital de Faro da Ordem dos Engenheiros, José Campos Correia**, incidiu a sua exposição no mercado de trabalho, afirmando que tem vindo a degradar-se e a dispensar jovens licenciados. Disse, ainda, que o PIBpc esconde profundas desigualdades regionais e que muitas vezes isso não é atendido. Finalizou com a ideia de que as CCDR são centros de competências regionais que não podem ser desvalorizados.

Outros autarcas fizeram a sua intervenção numa linha comum de pensamento: a região sente falta da regionalização. Numa região turística, destacaram a importância da segurança, saúde, educação e cultura. Foram muito incisivos na questão da mobilidade, sendo necessário um sistema integrado de transportes e a requalificação da EN125. Finalmente, referiram a necessidade de investimento em ciência e tecnologia e na organização dos espaços tecnológicos e empresariais.

Pelo Grupo Parlamentar do PSD interveio o **Deputado Pedro Saraiva** sublinhando que no debate sobre o modelo de desenvolvimento regional, é central discutir o poder autárquico, o papel das instituições de ensino superior e do tecido empresarial. O Algarve tem a vantagem comparativa de o distrito corresponder à NUT II, factor muito importante na mobilização de actores. A criação de empresas com elevado potencial tecnológico ajuda a dinamizar a região. No Algarve é necessário potenciar o cluster do mar. Defendeu que para desenvolver competências verdadeiramente ganhadoras é preciso ter regiões com autonomia.



## COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÓMICOS, INOVAÇÃO E ENERGIA

Grupo de Trabalho – Desenvolvimento Regional

---

Pelo Grupo Parlamentar do PS tomou a palavra a **Deputada Jamila Madeira**, alertando para o facto de que a discussão na União Europeia em matéria de fundos comunitários para o período pós-2013 estar a começar, sendo fundamental para o Algarve estar atento e ter uma estratégia. Defendeu que é preciso potenciar o cluster do mar, apelar para uma política marítima integrada e alargar a base do turismo, envolvendo todas as actividades económicas e valorizando o que é do Algarve.

A **Deputada Cecília Honório**, do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, reforçou a ideia da necessidade da regionalização à medida das necessidades das regiões, com base democrática e respeito pela soberania regional. Chamou a atenção para as medidas que são tomadas de “costas voltadas” para a região. E questionou o modelo de desenvolvimento da região, salientando que o modelo de desenvolvimento imobiliário não serve. Mas qual o modelo alternativo? Um turismo de qualidade, olhando para todo o território, para o ambiente e para os recursos endógenos.

A **Deputada Antonieta Guerreiro**, do Grupo Parlamentar do PSD, interveio para falar da especificidade do Algarve no segmento do turismo e lazer, que automaticamente vai para o fim das preferências dos consumidores num contexto de crise, o que é realmente necessário complementar com outras actividades.

O **coordenador do Grupo de Trabalho, Deputado Miguel Freitas**, retirou as seguintes conclusões: (1) o Algarve precisa de mudar, no contexto de uma nova economia que emerge, alargando a economia de produção a novas indústrias; (2) é necessário dar prioridade à política de qualificação do território e ao desenvolvimento integrado da rede regional de transportes; (3) a mudança obriga ao reforço do papel das instituições regionais.

### 4. Universidade do Algarve: caminho da internacionalização

A delegação visitou a Universidade do Algarve e tomou contacto com um conjunto de características desta instituição que lhe conferem um perfil singular no panorama das instituições de ensino superior em Portugal.

A Universidade do Algarve integrou, desde há mais de vinte anos, as Escolas Politécnicas do extinto Instituto Politécnico de Faro. Por esse motivo **convivem no seu**





## COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÓMICOS, INOVAÇÃO E ENERGIA

Grupo de Trabalho – Desenvolvimento Regional

---

**interior os dois subsistemas de ensino superior: universitário e politécnico.** Ainda que esta realidade introduza alguma complexidade no que respeita à sua gestão conjunta, ela é um elemento positivo que permite à Universidade responder às exigências das distintas formações e às solicitações das diferentes entidades empregadoras. Com o contrato de confiança, é possível superar o défice anual. Com um orçamento de €60 milhões (70% OE + 15% de fundos próprios + 15% de projectos I&D) tem a responsabilidade de formar mais 3.500 activos em 4 anos.

No domínio da investigação científica, a Universidade do Algarve reconhece que, face à dimensão, a sua capacidade neste domínio deverá estar concentrada num número reduzido de áreas científicas, nas quais o nível da sua pesquisa possa ser considerado com de excelência. Estão neste patamar algumas áreas científicas, designadamente **as ciências do mar, o turismo, as artes, a biomedicina, as telecomunicações ou o ambiente.** A **internacionalização dos Centros de Investigação** é hoje uma realidade indiscutível e o volume de recursos mobilizado, designadamente de origem comunitária, regista uma taxa de crescimento francamente positiva.

A afirmação da Universidade do Algarve está condicionada pela dimensão da região do Algarve. Um número relativamente pequeno de estudantes transita do ensino secundário para a oferta universitária algarvia. A Universidade do Algarve tem, por isso, multiplicado relações com outras universidades e tem atraído outros públicos.

Este movimento estende-se a públicos nacionais, designadamente aos activos que regressam à universidade para melhorarem as suas qualificações. Mas alarga-se igualmente a outras nacionalidades. Neste momento frequentam a Universidade do Algarve cerca de **700 estudantes estrangeiros, provenientes de mais de 60 países.** Esta última linha de orientação tem tendência a, no futuro, ser reforçada perante o carácter cosmopolita da região do Algarve e os instrumentos comunitários existentes, favoráveis à internacionalização das universidades. Neste âmbito, são já numerosos os programas de mestrado e de doutoramento que são oferecidos em língua inglesa e em consórcio com outras universidades europeias, o que tem facilitado essa atracção.

No conjunto, a Universidade do Algarve tem no presente ano lectivo cerca de 10.000 estudantes em todos os graus, 750 docentes e 500 funcionários não docentes.

## 5. IPIMAR: um valor seguro

O IPIMAR tem sede no Algarve, sendo o único laboratório nacional de investigação com sede na região. Muito recentemente foi também decidida a instalação na cidade de Olhão do Observatório de Aquacultura, o que confere a este complexo uma capacidade de intervenção interessante nesta matéria a nível nacional e internacional.

O IPIMAR procura apoiar as fileiras da pesca e da aquacultura, desenvolvendo ensaios em parceria com agentes económicos a uma escala pré-competitiva. Nos diversos projectos de I&DI, tem parcerias com a Universidade do Algarve, mas também com uma rede extensa de instituições de referência a nível mundial.

Entre os muitos projectos que o IPIMAR desenvolve destaca-se o do cultivo da Corvina (**Projecto AQUACOR** - financiamento total de **2.191.810 euros**) com o objectivo de diversificar e inovar a produção aquícola nacional, face a um mercado altamente concorrencial nas espécies tradicionais.

Outro projecto interessante é no domínio da produção de moluscos bivalves (**Projecto MARINÁQUA** - financiamento total de **250.041 euros**), com o objectivo de aumentar a rentabilidade do sector, apostando na valorização da qualidade de espécies de bivalve de elevado valor económico e impacto social, bem como na conservação destes recursos.

Neste domínio, desenvolve ainda um projecto de fileira, que aborda as questões da qualidade e segurança dos produtos (**Projecto BISUS** - financiamento total de **500.000 euros**), junto de viveiristas, apanhadores, operadores de centros de depuração e expedição e dos retalhistas e consumidores. Este projecto irá contribuir para a rastreabilidade e competitividade do sector, mas também para incentivar as empresas dos subsectores da pesca, da aquacultura e da transformação e comercialização dos moluscos bivalves a agir de forma colectiva na resolução de problemas comuns.

Finalmente, o IPIMAR tem ainda competência para monitorar um conjunto pré-definido de parâmetros de qualidade ambiental, na sequência da publicação do Decreto Regulamentar nº 9/2008, que cria a *Área de Produção Aquícola da Armona* (**Projecto IAPAA** – financiamento total de **606.083 euros**) tendo em vista o controlo global da zona e respectiva área de influência, num quadro de produção ecologicamente sustentada.

Para a agilização destes projectos seria importante que o PROMAR previsse a possibilidade de adiantamentos, particularmente na fase de arranque, e não apenas pagamentos por reembolso, pois não existe almofada financeira nas instituições.

## 6. PO ALGARVE 21: prioridade à economia

Sobre o Programa Operacional do Algarve (PO Algarve 21) ficou a ideia de um arranque difícil, estando agora em fase de aceleração. As primeiras dificuldades foram, desde logo, as que decorrem da conjugação da crise económica, com o alargamento até Junho de 2009 da sobreposição QCA III/QREN, o que obviamente limitou a capacidade financeira dos beneficiários, públicos e privados.

Mas há também questões internas ao programa que decorrem da filosofia e do *modus operandi* adoptados: reproduzir uma estrutura de intervenções pensada para regiões da dimensão das regiões Norte e Centro num Programa Operacional da dimensão do PO Algarve só poderia levar à sua desfocagem, sendo extremamente baixos os montantes afectos no Algarve a muitos dos regulamentos; por outro lado, a aplicação generalizada dos concursos, particularmente nos projectos públicos com prioridades já definidas pelo nível político, levou a atrasos, criando descontentamento e dificultando a interacção da CCDR com os promotores no sentido de melhorar os projectos.

As medidas recentemente tomadas na área dos projectos contratualizados permitiram remover algumas destas dificuldades na área dos projectos municipais, já que passou a ser possível apresentar candidaturas em contínuo, o que já se está a traduzir numa melhoria do ritmo de apresentação de candidaturas.

No período de programação anterior foram dados passo significativos para a melhoria na região da qualidade e dotação em infra-estruturas, bem como das condições para a qualidade de vida. As áreas onde o desempenho foi mais fraco são as relacionadas com o apoio directo ou indirecto ao desenvolvimento económico, nomeadamente os espaços infra-estruturados para localização empresarial, as áreas logísticas e os centros intermodais de transporte.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÓMICOS, INOVAÇÃO E ENERGIA

Grupo de Trabalho – Desenvolvimento Regional

No actual programa, a opção foi concentrar esforços na construção das **condições de competitividade da região**, concentrando mais de 90% dos fundos no Eixo 1 (Competitividade, Inovação e Conhecimento):

	<b>PO ALGARVE 21</b>	<b>175 M€ (FEDER)</b>
Eixo 1	Competitividade, Inovação e Conhecimento	90 M€
Eixo 2	Protecção e Qualificação Ambiental	18 M€
Eixo 3	Valorização Territorial e Desenvolvimento Urbano	61 M€
Eixo 4	Assistência Técnica	6 M€

12

Relativamente ao Eixo 2, trata-se em larga medida de prosseguir as acções anteriores de qualificação ambiental, nomeadamente das zonas costeiras, complementando-as com acções de gestão activa de áreas classificadas, gestão de resíduos e, sobretudo, eficiência energética. Prevê-se que até ao final do 3º trimestre as verbas disponíveis estejam totalmente comprometidas.

Quanto ao Eixo 3, um terço das verbas já está comprometida. Para além da prioridade dada à rede e ensino do 1º ciclo (contratualizada e a correr a bom ritmo), já foram também aprovadas várias candidaturas na área das acções urbanas, mas está em curso uma reflexão sobre a oportunidade de concentrar os poucos recursos disponíveis num instrumento do tipo JESSICA, (fundo de renovação urbana de tipo reciclável), que permita uma alavancagem superior.

Finalmente, relativamente à área prioritária coberta pelo Eixo 1, tem havido alguma morosidade no arranque de candidaturas de qualidade: têm surgido muitas pequenas candidaturas e algumas (poucas) candidaturas na área do turismo em áreas já com grande densidade de ocupação.

Isto levou a Gestão do PO a adoptar medidas claras de selectividade, só apoiando os tradicionais grandes projectos turísticos fora das zonas congestionadas, reservando nestas o apoio a projectos que envolvam a recuperação de imóveis com valor patrimonial.

Mais genericamente, relativamente às condições de competitividade, as prioridades são as seguintes:

- Consolidação de **uma rede de Áreas de Acolhimento Empresarial**, cuidando da promoção conjunta daquelas susceptíveis de terem um impacto regional (instalação em condições competitivas de empresas locais, atracção de investimento do exterior), em particular das áreas logísticas desde há muito previstas em Tunes e Castro Marim (com ligação à ferrovia);
- Criação de condições para um **Parque Tecnológico** de ambição internacional, que tire partido do quadro de vida aprazível da região e da conjugação da proximidade ao Aeroporto, à Universidade do Algarve, ao Parque Natural da Ria Formosa e ao eixo Quinta do Lago - Vale de Lobo.

## 7. A nova vaga industrial

A opção tomada na visita foi de procurar conhecer empresas industriais que tenham tido capacidade de se adaptar e de responder ao desafio da internacionalização, numa região dominada pelo turismo e pelos serviços não transaccionáveis.

A **Global Fire Equipment** é uma empresa de base tecnológica com capital exclusivamente português que exporta equipamentos de sistemas de detecção de incêndio inteiramente desenvolvidos e fabricados "*in house*" para mais de 60 países no mundo. Tem referências de instalações tão importantes como o Palácio do Planalto em Brasília ou o Parlamento do reino Unido.

Está sediada no Algarve desde 2000, pela elevada qualidade de vida que a região proporciona. Segundo os sócios da empresa, tal tem permitido atrair talentos vindos de todo o país e também do estrangeiro. Tem três dezenas de trabalhadores, com elevado nível de qualificação e especialização. Quando questionados sobre os seus principais desejos para que possam continuar a crescer e a investir, foram muito objectivos: menos burocracia e menor carga fiscal.



## COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÓMICOS, INOVAÇÃO E ENERGIA

### Grupo de Trabalho – Desenvolvimento Regional

---

A **Transforsul**, empresa de construção e metalomecânica, sediada em S. Brás de Alportel, constituída em 1997, possui 20 trabalhadores, estando em processo de internacionalização para Espanha, Cabo Verde e Angola.

Apresentou um projecto ao PO Algarve 21, para aumentar a carteira de produtos e melhorar os serviços, criando um centro de corte por plasma de alta definição, para fornecer estruturas metálicas de diferentes concepções para a construção civil e a indústria automóvel e de carroçarias.

Além disso, avançou com a implementação de um sistema de gestão de qualidade (SGQ), com a marcação CE para o produto caixilharia e a definição de uma estratégia de marketing para criar marcas para produtos de alumínio, PVC, ferro e inox. Com a implementação completa deste projecto, prevê-se a criação de mais 13 postos de trabalho, dos quais 3 de nível superior (áreas da produção, marketing e planeamento).

Tem uma parceria com a Universidade do Algarve para a construção de protótipos, atribuindo um prémio universitário nas áreas de engenharia e da arquitectura.

A empresa opera num mercado de forte concorrência, tendo sido deixado o alerta para a necessidade de apertar a fiscalização e evitar a concorrência desleal relativamente à aplicação das normas impostas pela nova directiva comunitária do sector. O mercado da construção civil está em contracção e precisam diversificar, apelando a respostas rápidas da administração pública.

A empresa **Novacortiça**, também com sede em São Brás de Alportel, foi constituída em 1986 para a actividade de fabrico de discos de cortiça natural, numa sociedade com capitais portugueses, espanhóis e franceses, com vista à exportação para o mercado da produção de rolhas de cortiça para champanhe em Espanha e França.

Em 2003, a empresa César Correia compra as quotas às suas associadas, passando a sociedade anónima de tipo familiar. Desde então, a progressão na actividade e a evolução positiva nos resultados sustentam outras iniciativas, nomeadamente na comercialização de subprodutos “granulado” e “serrim”. A actividade comercial centra-se em mercados consolidados na Europa Ocidental e na Linha Mediterrânica e em mercados emergentes nos países do Eixo do Oriente.

A empresa César Correia lançou-se, entretanto, em novos mercados com a marca PELCOR, criando um sector diferenciado no comércio e indústria da cortiça, alargando a aplicação da cortiça (pele) às linhas casa, escritório e moda.



## COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÓMICOS, INOVAÇÃO E ENERGIA

Grupo de Trabalho – Desenvolvimento Regional

---

A empresa exporta 30% da sua produção, estando representada em França, Inglaterra, Suíça, Japão, China e EUA. Apresentou um projecto ao SI Qualificação PME para alargar a gama de produtos, criando uma linha masculina de moda e pretendendo expandir-se para novos mercados.

A questão principal colocada nesta empresa teve a ver com a legislação laboral, nomeadamente no que diz respeito às formas de aplicar a obrigatoriedade de formação dos trabalhadores, particularmente quanto a horários e partilha de responsabilidades.

15

### **8. PROVERE: eixos estruturantes para o interior**

O Programa de Valorização Económica dos Recursos Endógenos (PROVERE), pretende constituir-se como um instrumento pragmático de apoio ao desenvolvimento regional, especialmente dos territórios de Baixa Densidade ou Rurais, envolvendo fundos diversos no âmbito do QREN e do PRODER.

A sua actuação centra-se na valorização dos recursos locais - naturais e culturais - numa perspectiva económica, social e ambiental, dando total liberdade quanto ao método para alcançar esse objectivo. A estratégia aposta, preferencialmente, no envolvimento dos agentes privados da região alvo, numa tentativa de estimular o desenvolvimento económico, combater a desertificação, financiando projectos que criem emprego e apresentem sustentabilidade financeira.

No caso do Algarve foram definidos dois eixos prioritários no PROVERE: a “Via Algarviana” e o “Rio Guadiana”, estruturando um conjunto de projectos em torno do Ecoturismo e do desenvolvimento dos produtos locais, numa tentativa de estimular novos produtos turísticos no interior do Algarve e Costa Vicentina, em plena articulação com as actividades rurais, florestais, culturais e tradicionais da região.

Além da falta de liderança política nacional, os agentes referem uma significativa descredibilização, por não haver um plano de acção claro, com um quadro financeiro estável, havendo dificuldades de articulação entre as componentes FEDER e FEADER.

Há muita lentidão na abertura dos concursos e custos dispendiosos de consultoria para apresentação de projectos. Por outro lado, não existe clareza ao nível da discriminação positiva dos projectos integrados nas estratégias PROVERE. Finalmente, nunca foi criada a “Via Verde” para os projectos PROVERE e existe uma excessiva burocracia, elevada complexidade dos regulamentos dos programas financeiros PRODER e formulários de candidaturas demasiado burocráticos.

Parece evidente que para lá das expectativas criadas, há também uma deficiente articulação entre os GAL no Algarve, traduzindo-se em diferentes períodos de candidatura para a mesma medida de apoio PRODER, interpretações diferentes dos regulamentos, procedimentos de candidatura variados, grandes discrepâncias nas majorações para projectos inseridos no PROVERE, entre outros aspectos.

Finalmente, parece haver incoerências na interpretação legal de algumas tipologias de projectos, nomeadamente no caso dos parques de campismo rurais que, apesar de constarem nos incentivos PRODER (Medida 3.1.3), têm de estar previamente previstos nos instrumentos de ordenamento do território, o que dificulta muito a sua aprovação. A ALMARGEM apresentou um memorando sobre o assunto que se anexa.

## 9. Delegação Parlamentar

A Delegação Parlamentar do Grupo de Desenvolvimento Regional foi constituída pelos seguintes Deputados:

- Miguel Freitas (PS)
- Eurídice Pereira (PS)
- Horácio Antunes (PS)
- Hortense Martins (PS)
- Jamila Madeira (PS)
- Pedro Saraiva (PSD)
- Antonieta Guerreiro (PSD)
- Cecília Honório (BE)





## COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÓMICOS, INOVAÇÃO E ENERGIA

Grupo de Trabalho – Desenvolvimento Regional

---

### 10. Observações finais

Desta iniciativa junto das instituições regionais e locais, das organizações empresariais e sindicais, das associações de desenvolvimento e de solidariedade, das empresas e dos seus trabalhadores, podemos fazer as seguintes observações finais:

- O reconhecimento por parte de todos da mais-valia deste tipo de iniciativa, levando os Deputados ao terreno, ao contacto com as questões concretas das regiões, aproximando a Assembleia da República e os eleitos aos eleitores.
- O sentimento claro da necessidade permanente de aplicação efectiva do princípio de subsidiariedade.
- A evolução para um novo modelo regional obriga a mais autonomia e maior mobilização de todos os agentes relevantes, na dupla perspectiva do desenvolvimento e da coesão regional.
- A necessidade de adequar medidas, organismos e coordenação à necessidade de novas abordagens, dando prioridade a uma intervenção de base territorial e integrada.

#### Os Deputados Relatores

Miguel Freitas

Pedro Saraiva



# Algarve Sustentável

Desenvolvimento sustentável das áreas  
de baixa densidade do Algarve

ESTRATÉGIA DE EFICIÊNCIA COLECTIVA PROVERE

## MEMORANDO

### Parques de Campismo Rural e Áreas de Serviço para Autocaravanas (ASA)

A instalação de Parques de Campismo Rural e ASA nas áreas de Baixa Densidade constitui uma oportunidade de diversificar as actividades económicas em Meio Rural e consolidar / complementar investimentos anteriormente executados (ex: Via Algarviana), criando a necessária rede de acolhimento para turistas que visitam o Algarve interior. Na EEC PROVERE “Algarve Sustentável”, estão listadas várias intenções de investimento, quer de entidades públicas quer privadas, para instalação daqueles equipamentos. No entanto, a concretização desta tipologia de projectos tem sido consecutivamente inviabilizada por diversos impedimentos legais. O presente documento tem como principal objectivo, alertar as entidades responsáveis sobre um conjunto de situações que está actualmente a dificultar a instalação de Parques de Campismo Rural e Áreas de Serviço para Autocaravanas no Algarve, em particular nas Zonas de Baixa Densidade. Pretende-se, desta forma, contribuir para ultrapassar esses obstáculos e auxiliar a implantação destes equipamentos no interior no intuito de promover o desenvolvimento económico sustentável do mesmo.

#### 1. Sobre os Parques de Campismo Rural (PCR)

- a. A figura dos parques de campismo rurais foi criada pelo DL n.º 192/82, de 19 de Maio, que os definiu, no artigo 1.º, como “*terrenos destinados permanente ou temporariamente à instalação de acampamentos, integrados ou não em explorações agrícolas, cuja área não seja superior a 5000 m<sup>2</sup>.*”
- b. Através da publicação do DL n.º 169/97, de 4 de Julho (revogado pelo DL n.º 54/2002, de 11 de Março), os parques de campismo rurais constituíram uma das modalidades dos empreendimentos de turismo no espaço rural. A regulamentação dos parques de campismo considerados “não rurais” constava no Decreto Regulamentar (DR) n.º 33/97, de 17 de Setembro (alterado pelo DR n.º 14/2002, de 12 de Março).
- c. Posteriormente, o DL n.º 39/2008, de 7 de Março, revogou o DL n.º 54/2002, de 11 de Março, e introduziu profundas alterações no regime jurídico dos empreendimentos turísticos.
- d. Em conformidade com o disposto no n.º 2 do artigo 18.º do DL n.º 39/2008, de 7 de Março, os empreendimentos de turismo no espaço rural integram, actualmente, as tipologias “casas de campo”, “agro-turismo” e “Hotéis Rurais”, **tendo sido eliminada a figura dos parques de campismo rurais** enquanto modalidade dos empreendimentos de turismo no espaço rural.

- e. O DL n.º 192/82, de 19 de Maio (que criou a figura de parque de campismo rural), e o DR n.º 14/2002, de 12 de Março (que regulamentava os parques de campismo “não rurais”), foram revogados pela Portaria n.º 1320/2008, de 17 de Novembro, conforme determinou o artigo 77.º do DL n.º 39/2008. Portanto, com a referida Portaria, foi **suprimida a figura dos “parques de campismo rurais”**, que tinham um conjunto de requisitos diferentes dos restantes parques de campismo.
- f. Neste contexto, **não é possível enquadrar** os “parques de campismo rurais” na tipologia de “empreendimentos de turismo no espaço rural”, sob pena de ser colocada em causa a sua legalidade (alínea b) do n.º 2 do artigo 4.º do DL n.º 39/2008, de 7 de Março).

## 2. Sobre Áreas de Serviço de Autocaravanas (ASA)

- a. De acordo com o artigo 29.º da Portaria 1320/2008, de 17 de Novembro, as ASA são espaços que integram uma ou mais estações de serviço - equipadas com um reservatório subterrâneo para o escoamento de águas residuais e esvaziamento de WC químico, um ponto de abastecimento de água potável e contentores para despejo de resíduos sólidos urbanos -, destinados exclusivamente ao estacionamento e pernoita de autocaravanas, por um período não superior a 72 horas;
- b. As ASA caracterizam-se por estar munidas de infra-estruturas de reduzida dimensão e áreas impermeabilizadas mínimas, restringindo-se somente à zona de implantação da estação de serviço. A sua instalação requer, normalmente, a ocupação de pequenas áreas (50m<sup>2</sup> por autocaravana e uma estação por cada 30 autocaravanas) e um investimento relativamente baixo;
- c. Face à importância do autocaravanismo enquanto produto turístico na região e no país, refira-se que, em 2009, foi apresentado um Projecto de Lei (N.º PJI n.º 778/X/4.<sup>a</sup>), com o objectivo de regular esta actividade, em áreas públicas ou privadas, incluindo as normas de instalação e funcionamento das ASA. O projecto lei, contudo, não chegou a ser discutido na Assembleia da República;

## 3. Sobre o Potencial impacto destas estruturas no Interior do Algarve

- a. O interior do Algarve sofre de um acelerado processo de desertificação humana e de abandono, com repercussões ao nível da conservação dos seus recursos naturais e culturais, da sua paisagem e economia;
- b. A fixação de pessoas no interior, a repovoação e a capacidade de gerar riqueza nesse território é, por isso, uma medida fundamental na estratégia de revitalização desse território e na garantia de salvaguardar os valores naturais e culturais inerentes ao mesmo;
- c. A Via Algarviana é uma rota pedestre com 300km, que atravessa o interior algarvio desde Alcoutim ao Cabo de S. Vicente, com o objectivo de atenuar o efeito da desertificação e de promover o ecoturismo nesse território;
- d. Este projecto começa gradualmente a receber centenas de visitantes, portugueses e estrangeiros, parte da qual privilegia o campismo e o autocaravanismo como soluções de alojamento. Contudo, ao longo desse itinerário, não existem equipamentos implementados no terreno para acolher a actual procura;

- e. Os utilizadores dos PCR e das ASA são, por norma, pessoas com particular sensibilidade ambiental e cultural, que procuram outro tipo de oferta turística, privilegiando o sossego, o contacto com o mundo rural, as aldeias, as populações e preferencialmente, fora das épocas altas, ou seja, no Outono, Inverno e Primavera;
- f. A existência de PCR e ASA potencia o contacto dos respectivos utilizadores com os recursos locais e pode gerar receitas significativas junto dos agentes locais, incluindo da restauração, produção agro-alimentar, artesanato, etc.;
- g. O elevado afluxo de autocaravanistas que actualmente ocorre no Algarve, constitui um problema do ponto de vista do ordenamento do território, estacionamento, tráfego automóvel, potencial risco de insegurança, bem como para a preservação da qualidade cénica de espaços naturais, uma vez que não existem espaços apropriados para acolher e receber este tipo de turista;
- h. De acordo com um estudo recente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento do Algarve, o fenómeno do autocaravanismo no Algarve é significativo, representando, segundo estimativas, cerca de 1.056.565 de dormidas anuais, o que corresponde a cerca de 3.170.000 de euros de receita estimada, caso as dormidas se realizassem em eventuais ASA;
- i. No âmbito do PROVERE “Algarve Sustentável”, existem 14 intenções de projectos desta natureza no interior do Algarve, e ao longo da Via Algarviana, nomeadamente em Alcoutim, Pereiro, Cachopo, Querença, Salir, Alte, Algoz, Silves, Barão de S. João, entre outros sítios, vários deles com dificuldades de aprovação e licenciamento;

#### 4. Conclusões

- a. Conforme o exposto anteriormente, existe um conjunto de dificuldades relacionadas com a legislação em vigor, que impedem a instalação destes equipamentos no interior do Algarve:
  - O Decreto-Lei n.º 228/2009, de 14 de Setembro, no seu Artigo 75º, estabelece a data de 31 de Dezembro de 2010, como prazo limite para os “Empreendimentos de Turismo Rural” - onde se incluem os **PCR** -, **se reconverterem nas tipologias convencionais, eliminando esta categoria;**
  - Os parques de campismo, em sentido lato, denominam-se agora “**parques de campismo e de caravanismo**” e constituem um dos tipos possíveis de empreendimentos turísticos, com **obrigatoriedade de instalação de equipamentos de utilização comum (Artº 17º da Portaria 1320/2008) – café / bar, mini-mercado/supermercado, parque infantil, etc – claramente incompatíveis com a intenção de criar pequenos equipamentos de apoio a campistas e caravanistas como forma de diversificar as actividades agrícolas.** O anterior formato – PCR – definidos como espaços inseridos em meio rural, com áreas **até** 5.000m<sup>2</sup>, com capacidade **máxima** para 90 campistas ou 30 instalações para tendas ou autocaravanas, era muito mais adequado às necessidades dos espaços rurais;
  - Os PCR são, por norma, equipamentos muito ligeiros, com impactos mínimos ao nível da impermeabilização do solo e da alteração do coberto vegetal. Como exemplo de um destes equipamentos, anexa-se o caso do “Abrigo do Torgal”, situado no Concelho de Odemira e em pleno Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina.

- A criação destas estruturas inscreve-se num espírito de complementaridade com a actividade rural, possibilitando a geração de receitas extras para quem se dedica, por exemplo, à agricultura ou silvicultura;
  - Essa complementaridade está expressa em vários documentos estratégicos de desenvolvimento territorial, nomeadamente nas Estratégias Locais de Desenvolvimento dos Grupos de Acção Local e no próprio PRODER, que os inclui na lista de projectos a financiar (ver Medida 3.1.3);
  - A actual legislação que estabelece os requisitos específicos para os “Parques de Campismo e Caravanismo” (Portaria n.º1320/2008, de 17 de Novembro), obriga a que a instalação destes Parques em Meio Rural esteja **previamente e expressamente previstos nos PDM’s**, algo que não se verifica no conjunto actual dos diplomas em vigor;
  - O artigo 29.º da Portaria n.º1320/2008, de 17 de Novembro, deixa grandes lacunas na regulamentação dos espaços destinados exclusivamente a autocaravanas, onde se incluem as ASA, nomeadamente no que respeita ao enquadramento destas nos planos de ordenamento em vigor, dimensionamento, etc.;
  - As restrições impostas pelos regimes da RAN e REN deixam pouco espaço para a implementação destes equipamentos, afigurando-se impossível que tal aconteça fora de terrenos classificados como urbanos. Este aspecto é especialmente notório no interior do Algarve, onde grande percentagem do seu território está sujeita a uma destas classificações;
  - Existe um “desencontro” entre o PROTAL e a legislação dos empreendimentos turísticos, com repercussões ao nível dos planos de ordenamento municipais e na capacidade de desenvolver PCR e ASA;
- b. Existe uma incapacidade de resposta por parte dos técnicos municipais aos promotores destas infra-estruturas, pelo vazio legal existente e a falta de enquadramento com os diplomas de ordenamento em vigor;

Loulé, 25 de Junho de 2010  
Equipa de Gestão PROVERE “Algarve Sustentável”

João Ministro  
Artur Gregório  
João Madeira